

Diário do Legislativo de 26/02/2003

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmolo Aloise - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PPB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL

PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PPS/PRTB/PSB E PV):

Líder: Antônio Carlos Andrada (PSDB)

Vice-Líderes:

2) LIDERANÇA DO BLOCO PFL/PPB:

Líder: Alberto Bejani (PFL)

Vice-Líderes:

3) LIDERANÇA DO BLOCO PT/PC do B:

Líder: Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Jô Moraes(PC do B) e Maria Tereza Lara (PT)

4) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Ivair Nogueira

Vice-Líder: Chico Rafael

5) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Dinis Pinheiro

Vice-Líder: Jayro Lessa

6) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Arlen Santiago

Vice-Líder: Fábio Avelar

7) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Alberto Pinto Coelho (PPB)

Vice-Líderes: Bonifácio Mourão (PMDB); José Milton (PL), Paulo Piau (PFL)

8) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Miguel Martini (PSB)

9) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Chico Simões

SUMÁRIO

1 - RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

2 - ORDEM DO DIA

2.1 - Plenário

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

Adalclever Ribeiro Lopes (PMDB)

* Adalclever Lopes

Adelmo Carneiro Leão (PT)

* Adelmo Carneiro Leão

Alberto Pinto Coelho Júnior (PPB)

* Alberto Pinto Coelho

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

* Alencar da Silveira Júnior

Ana Maria Resende Vieira (PSDB)

*Ana Maria

André Quintão Silva (PT)

*André Quintão

Antônio Carlos Doorgal de Andrada (PSDB)

* Antônio Carlos Andrada

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira (PMDB)

* Antônio Andrade

Antônio Genaro Oliveira (PFL)

* Antônio Genaro

Antônio Júlio de Faria (PMDB)

* Antônio Júlio

Arlen de Paulo Santiago Filho (PTB)

* Arlen Santiago

Carlos Alberto Bejani (PFL)

* Alberto Bejani

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PDT)

* Carlos Pimenta

Célio de Cássio Moreira (PL)

* Célio Moreira

Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PPB)

* Dalmo Ribeiro Silva

Dilzon Luiz de Melo (PTB)

* Dilzon Melo

Dimas Fabiano Toledo Júnior (PPB)

* Dimas Fabiano

Dinis Antônio Pinheiro (PL)

* Dinis Pinheiro

Djalma Florêncio Diniz (PSDB)

* Djalma Diniz

Domingos Sávio (PSDB)

* Domingos Sávio

Durval Ângelo Andrade (PT)

* Durval Ângelo

Elmiro Nascimento (PFL)

* Elmiro Nascimento

Ermano Batista Filho (PSDB)

* Ermano Batista

Fábio Lúcio Rodrigues Avelar (PTB)

* Fábio Avelar

Fahim Miguel Sawan (PSDB)

* Fahim Sawan

Francisco de Assis Simões Thomaz (PT)

* Chico Simões

Francisco Rafael Gonçalves (PMDB)

* Chico Rafael

Gabriel dos Santos Rocha (PT)

* Biel Rocha

George Hilton dos Santos Cecílio (PL)

* Pastor George

Gilberto Aparecido Abramo (PMDB)

* Bispo Gilberto

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PPB)

* Gil Pereira

Gustavo da Cunha Pereira Valadares (PRTB)

* Gustavo Valadares

Irani Vieira Barbosa (PFL)

* Irani Barbosa

Ivair Nogueira do Pinho (PMDB)

* Ivair Nogueira

Jayro Luiz Lessa (PL)

* Jayro Lessa

João Bittar Júnior (PFL)

* João Bittar

João Carlos Siqueira (PT)

* Padre João

José Alves Viana (PFL)

* Doutor Viana

José Bonifácio Mourão (PMDB)

* Bonifácio Mourão

José de Freitas Maia (PSDB)

* Zé Maia

José Henrique Lisboa Rosa (PMDB)

* José Henrique

José Miguel Martini (PSB)

* Miguel Martini

José Milton de Carvalho Rocha (PL)

* José Milton

Laudelino Augusto dos Santos Azevedo (PT)

* Laudelino Augusto

Leonardo Fernandes Moreira (PL)

* Leonardo Moreira

Leonardo Lemos Barros Quintão (PFL)

* Leonardo Quintão

Leonídio Henrique Corrêa Bouças (PTB)

* Leonídio Bouças

Lúcia Maria dos Santos Pacífico Homem (PTB)

* Lúcia Pacífico

Luiz Fernando Ramos Faria (PPB)

* Luiz Fernando Faria

Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

*Luiz Humberto Carneiro

Márcio Almeida Passos (PFL)

* Márcio Passos

Maria Cecília Ferreira Delfino (PT)

* Cecília Ferramenta

Maria do Socorro Jô Moraes Vieira (PC do B)

* Jô Moraes

Maria José Haueisen Freire (PT)

* Maria José Haueisen

Maria Olívia de Castro e Oliveira (PSDB)

* Maria Olívia

Maria Tereza Lara (PT)

* Maria Tereza Lara

Marília Aparecida Campos (PT)

* Marília Campos

Mauri José Torres Duarte (PSDB)

* Mauri Torres

Mauro Lobo Martins Júnior (PSB)

* Mauro Lobo

Neider Moreira de Faria (PPS)

* Neider Moreira

Olinto Dias Godinho (PTB)

* Olinto Godinho

Paulo César de Freitas (PRTB)

* Paulo Cesar

Paulo Piau Nogueira (PFL)

* Paulo Piau

Pedro Ivo Ferreira Caminhas (PPB)

* Pinduca Ferreira

Rêmoló Aloise (PFL)

* Rêmoló Aloise

Ricardo Duarte (PT)

* Ricardo Duarte

Roberto Francisco Ramos (PFL)

* Roberto Ramos

Roberto Vieira de Carvalho (PT)

* Roberto Carvalho

Rogério Correia de Moura Baptista (PT)

* Rogério Correia

Ronaldo João da Silva (PV)

* Doutor Ronaldo

Sebastião Helvécio Ramos de Castro (PDT)

* Sebastião Helvécio

Sebastião Navarro Vieira Filho (PFL)

* Sebastião Navarro Vieira

Sidney Antônio de Sousa (PL)

* Sidinho do Ferrotaco

Vanessa de Oliveira Dias (PSDB)

* Vanessa Lucas

Wanderley Geraldo de Ávila (PPS)

* Wanderley Ávila

Washington Fernando Rodrigues (PDT)

*Sargento Rodrigues

Weliton Fernandes Prado (PT)

*Weliton Prado

Em 25/2/2003

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.

ORDEM DO DIA

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária, em 26/2/2003

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.327, que institui o Programa Estadual de Inspeção e Controle da Emissão de Poluentes Atmosféricos e Ruídos Produzidos por Veículo Automotor em Uso - PROGRAMA I-M - e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

- O Sr. Presidente designou, na 4ª Reunião Ordinária, os membros das seguintes Comissões Especiais:

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer Sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.520 (ex-Projeto de Lei nº 2.396/2002, do Governador do Estado, que estima as receitas e fixa as despesas do orçamento fiscal do Estado de Minas Gerais e do orçamento de investimento das empresas controladas pelo Estado para o exercício de 2003). Pelo BPS: efetivo - Deputado Mauro Lobo; suplente - Deputado Sebastião Helvécio; pelo PFL/PPB: efetivo - Deputado Sebastião Navarro Vieira; suplente - Deputado Gil Pereira; pelo PT/PC do B: efetivo - Deputado Chico Simões; suplente - Deputado Durval Ângelo; pelo PMDB: efetivo - Deputado Bonifácio Mourão; suplente - Deputado José Henrique; pelo PL: efetivo - Deputado Jayro Lessa; suplente - Deputado Leonardo Moreira. Designo. Às Comissões.

A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer Sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 71 (ex-Projeto de Lei Complementar nº 50/2002, do Governador do Estado, que organiza a Defensoria Pública do Estado, define sua competência e dispõe sobre a carreira de Defensor Público e dá outras providências). Pelo BPS: efetivo - Deputado Domingos Sávio; suplente - Deputada Ana Maria; pelo PFL/PPB: efetivo - Deputado Elmiro Nascimento; suplente - Deputado Pinduca Ferreira; pelo PT/PC do B: efetivo - Deputada Jô Moraes; suplente - Deputada Maria José Haueisen; pelo PMDB: efetivo - Deputado José Henrique; suplente - Deputado Adalclever Lopes; pelo PL: efetivo - Deputado Leonardo Moreira; suplente - Deputado José Milton. Designo. Às Comissões.

A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer Sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 15.452 (ex-Projeto de Lei nº 2.439/2002, do Governador do Estado, que assegura benefícios aos servidores que menciona), o Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 72 (ex-Projeto de Lei Complementar nº 22/2000, do Deputado Pastor George, que acrescenta §§ ao art. 108 da Lei nº 869, de 5/7/52, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado), e o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.521 (ex-Projeto de Lei nº 1.945/2002, do Deputado Doutor Viana, que acrescenta o § 5º ao art. 1º da Lei nº 13.694, de 1º de setembro de 2000, que autoriza a negociação do valor das parcelas remuneratórias dos servidores a que se refere a Lei nº 10.470, de 15 de abril de 1991). Pelo BPS: efetivo - Deputado Neider Moreira; suplente - Deputado Paulo César; pelo PFL/PPB: efetivo - Deputado Doutor Viana; suplente - Deputado Gil Pereira; pelo PT/PC do B: efetivo - Deputado Rogério Correia; suplente - Deputado Roberto Carvalho; pelo PMDB: efetivo - Deputado Chico Rafael; suplente - Deputado Antônio Júlio; pelo PL: efetivo - Deputado José Milton; suplente - Deputado Célio Moreira. Designo. Às Comissões.

A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer Sobre os Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 15.347 (ex-Projeto de Lei nº 922/2000, do Deputado Ambrósio Pinto, que autoriza o Poder Executivo a doar os imóveis que menciona), 15.465 (ex-Projeto de Lei nº 1.755/2001, do Deputado Paulo Piau, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - do Município de Sete Lagoas o imóvel que especifica), 15.475 (ex-Projeto de Lei nº 601/99, do Deputado Ivo José, que autoriza o Poder Executivo a permutar imóveis de sua propriedade nas condições que especifica), 15.477 (ex-Projeto de Lei nº 1.487/2001, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza a reversão do imóvel que especifica ao Município de Itaguara), 15.479 (ex-Projeto de Lei nº 1.591/2001, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza a fazer reverter ao Município de Gonzaga o imóvel que especifica), 15.484 (ex-Projeto de Lei nº 1.863/2001, do Deputado Antônio Andrade, que autoriza a fazer reverter ao Município de Carmo do Paranaíba o imóvel que especifica), 15.508 (ex-Projeto de Lei nº 2.343/2002, do Governador do Estado, que autoriza a doar ao Município de Careagu os imóveis que especifica), e 15.513 (ex-Projeto de Lei nº 54/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza a fazer reverter ao Município de Ibitiura de Minas o imóvel que especifica). Pelo BPS: efetivo - Deputado Zé Maia; suplente - Deputado Sargento Rodrigues; pelo PFL/PPB: efetivo - Deputado Elmiro Nascimento; suplente - Deputado Irani Barbosa; pelo PT/PC do B: efetivo - Deputado Laudelino Augusto; suplente - Deputado Biel Rocha; pelo PMDB: efetivo - Deputado Adalclever Lopes; suplente - Deputado Ivair Nogueira; pelo PL: efetivo - Deputado Leonardo Moreira; suplente - Deputado José Milton. Designo. Às Comissões.

A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer Sobre os Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 15.486 (ex-Projeto de Lei nº 1.952/2002, do Deputado Ivair Nogueira, que autoriza a fazer reverter ao Município de Abaeté o imóvel que especifica), 15.487 (ex-Projeto de Lei nº 1.953/2002, do Deputado Ivair Nogueira, que autoriza a fazer reverter ao Município de Abaeté o imóvel que especifica), 15.488 (ex-Projeto de Lei nº 1.962/2002, do Deputado Durval Ângelo, que autoriza a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica), 15.489 (ex-Projeto de Lei nº 1.977/2002, do Deputado Durval Ângelo, que autoriza a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica), 15.491 (ex-Projeto de Lei nº 1.979/2002, do Deputado Durval Ângelo, que autoriza a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica), 15.492 (ex-Projeto de Lei nº 1.980/2002, do Deputado Durval Ângelo, que autoriza a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica), 15.493 (ex-Projeto de Lei nº 1.981/2002, do Deputado Durval Ângelo, que autoriza a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica), 15.494 (ex-Projeto de Lei nº 1.982/2002, do Deputado Durval Ângelo, que autoriza a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica), 15.495 (ex-Projeto de Lei nº 1.983/2002, do Deputado Durval Ângelo, que autoriza a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica), 15.499 (ex-Projeto de Lei nº 2.055/2002, do Deputado Olinto Godinho, que autoriza a doar ao Município de Virgíópolis o imóvel que especifica), 15.500 (ex-Projeto de Lei nº 2.057/2002, do Deputado Olinto Godinho, que autoriza a doar ao Município de Virgíópolis o imóvel que especifica), e 15.501 (ex-Projeto de Lei nº 2.113/2002, do Deputado Ivair Nogueira, que autoriza a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica). Pelo BPS: efetivo - Deputado Doutor Ronaldo; suplente - Deputado Wanderley Ávila; pelo PFL/PPB: efetivo - Deputado Sebastião Navarro Vieira; suplente - Deputado Dalmo Ribeiro Silva; pelo PT/PC do B: efetivo - Deputado Biel Rocha; suplente - Deputado

Laudelino Augusto; pelo PMDB: efetivo - Deputado Bispo Gilberto; suplente - Deputado Adalclever Lopes; pelo PL: efetivo - Deputado Jayro Lessa; suplente - Deputado Dinis Pinheiro. Designo. Às Comissões.

A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer Sobre Proposta de Emenda à Constituição nº 1/2003, de Autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva e outros, que Acrescenta Artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado (Assegura aos servidores que exerceram funções de magistério a contagem, para efeito de aposentadoria, do período compreendido entre o afastamento e a data de 13 de março de 2001). Pelo BPSP: efetivo - Deputado Miguel Martini; suplente - Deputado Carlos Pimenta; pelo PFL/PPB: efetivo - Deputado Irani Barbosa; suplente - Deputado João Bittar; pelo PT/PC do B: efetivo - Deputado Maria Tereza Lara; suplente - Deputada Jô Moraes; pelo PMDB: efetivo - Deputado Chico Rafael; suplente - Deputado Bispo Gilberto; pelo PL: efetivo - Deputado Célio Moreira; suplente - Deputado Leonardo Moreira. Designo. Às Comissões.

A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 4/2003, de Autoria do Deputado Doutor Viana e outros, que Acrescenta Dispositivo ao Art. 157 da Constituição do Estado (Inclui o orçamento da Seguridade Social na Lei Orçamentária). Pelo BPSP: efetivo - Deputada Maria Olívia; suplente - Deputado Carlos Pimenta; pelo PFL/PPB: efetivo - Deputado Antônio Genaro; suplente - Deputado Dimas Fabiano; pelo PT/PC do B: efetivo - Deputado André Quintão; suplente - Deputado Ricardo Duarte; pelo PMDB: efetivo - Deputado Bispo Gilberto; suplente - Deputado José Henrique; pelo PL: efetivo - Deputado Célio Moreira; suplente - Deputado Leonardo Moreira. Designo. Às Comissões.

A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2003, de Autoria do Deputado Doutor Viana e outros, que Acrescenta Parágrafo ao Art. 201 da Constituição do Estado (Determina que o Estado, mediante cooperação com os municípios, garantirá aos alunos do ensino fundamental da rede estadual o transporte escolar). Pelo BPSP: efetivo - Deputada Vanessa Lucas; suplente - Deputado Zé Maia; pelo PFL/PPB: efetivo - Deputado Doutor Viana; suplente - Deputado Paulo Piau; pelo PT/PC do B: efetivo - Deputado Padre João; suplente - Deputada Cecília Ferramenta; pelo PMDB: efetivo - Deputado Ivair Nogueira; suplente - Deputado Antônio Júlio; pelo PL: efetivo - Deputado Sidinho do Ferrotaco; suplente - Deputado Leonardo Moreira. Designo. Às Comissões.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 25/2/2003, a seguinte comunicação:

Do Deputado Antônio Carlos Andrada, indicando o Deputado Carlos Pimenta para Vice-Líder do Bloco Parlamentar Social Progressista - BPD (Ciente. Cópia às Comissões e às Lideranças.).

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 20/2/2003

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, Sras. e Srs. Deputados, imprensa e povo de Minas Gerais, neste início de legislatura, eleito para exercer o meu terceiro mandato como Deputado Estadual, agradeço o voto de confiança em mim depositado pelo povo do Norte de Minas. Em especial, agradeço àqueles municípios que confiaram e que vêm acompanhando o nosso trabalho há oito anos, fazendo-me majoritário em 23 municípios daquela região. Certamente, para mim, é uma honra estar aqui representando o povo norte-mineiro.

Ao agradecer pela confiança, reafirmo o meu compromisso maior, ao lado dos 76 outros companheiros e companheiras, de lutarmos para que o Estado possa praticar a equidade e a justiça social. Deus permita que tenhamos condições de ser uma peça nesse jogo, podendo beneficiar sobretudo as regiões mais carentes, menos assistidas, mas de forma alguma mais pobres! Esse compromisso transcenderá qualquer outro político-partidário que tenhamos. Apoiamos o Governador Aécio Neves, acreditamos em seu Governo e lutaremos para que possa ser um bom governante para o povo mineiro.

Acima de qualquer compromisso com o Governador do Estado, com nossas autoridades, meu compromisso maior e primeiro é com o povo de Minas Gerais, é com o povo da minha região do Norte de Minas. Sabemos, Srs. Deputados, que nossa missão será difícil. Acompanhamos o que ocorre em nosso Estado, em nosso País e no mundo e sabemos que qualquer político, homem ou mulher de responsabilidade, tem de dar o melhor de si para que se modifiquem as coisas. Em Minas Gerais, nosso desafio será maior. Ouvimos e vimos, por meio da imprensa, a situação do Estado. Tivemos a chance de dar ao Governador Aécio Neves, com minha assinatura e aquiescência, a oportunidade de fazer uma reforma administrativa no Estado, por intermédio de lei delegada. Os resultados de todo esse processo nos levam a crer que Minas Gerais se encontra em uma situação extremamente precária, caótica, de desespero, diferentemente do que pregava o ex-Governador. Ainda ontem disse algo a esse respeito.

O déficit previsto para este ano gira em torno de R\$2.400.000.000,00, o que retira qualquer possibilidade de investimentos. Temos a certeza de que o Estado precisa investir para diminuir as desigualdades regionais existentes, principalmente entre a metade de Minas para cima e a metade de Minas para baixo. Mas é exatamente diante das dificuldades que as pessoas sobressaem, mostram competência. Esperamos que o Governador Aécio Neves possa sobressair e mostrar sua competência.

Se fizermos uma análise, ainda que rápida, do que ocorre em todas as áreas do Estado, concluiremos que Minas poderá dar grande demonstração de superação, vencendo os obstáculos. Fiz, rapidamente, um levantamento da situação do Estado hoje. Estive na Secretaria da Educação, conversei com a Secretária, que me falou da dificuldade que enfrenta para, pelo menos, estabelecer parâmetros em alguns setores da educação. Falou-me do grande desafio - com o que concordo plenamente - que é a questão do transporte escolar. Todos os oitocentos e cinquenta e tantos municípios de Minas Gerais estão passando por problemas na área do transporte escolar. Os Prefeitos são obrigados a transportar os alunos sob responsabilidade do município, bem como os alunos da rede pública estadual, sob responsabilidade do Estado, mas não recebem o suficiente para fazerem esse transporte.

Convidamos a Sra. Secretária para vir a esta Casa falar com os Prefeitos, apresentar seus planos para o setor do transporte escolar. Será uma reunião interessante, pois queremos tanto a presença da Secretária da Educação quanto a presença do Secretário de Obras. Isso porque outro grande problema do transporte escolar são as estradas municipais, que se encontram em péssimo estado de conservação. Também não há ônibus. Os recursos recebidos no ano passado mal deram para comprar ônibus usados, velhos. Ademais, não recebem recursos para a manutenção nem para a aquisição de combustível. Portanto, os Prefeitos estão em situação bastante difícil.

Se não transportam o aluno, os pais e os próprios alunos não querem saber se a responsabilidade é do Estado ou do município. Há a obrigação

de transportar. Em uma análise que fizemos de dados que chegaram ao meu gabinete, os Prefeitos do Norte de Minas gastam 80% para o transporte dos alunos da rede estadual e apenas 20% para os da rede municipal.

A área de educação está em situação extremamente difícil. Há escolas caindo aos pedaços. Em Belo Horizonte, observamos, no dia-a-dia da imprensa, vândalos atacando, destruindo as escolas, e o Estado não tem recursos nem para repor as carteiras. Os alunos precisam sentar-se no chão, em bancos, em bujão de gás, para poderem estudar.

Quanto à área da saúde, o ex-Governador, Sr. Itamar Cautiero Franco, corre risco de ser preso por descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Em 2001, ele não aplicou na área da saúde o que a Constituição Federal obriga, e deixou como restos a pagar para 2002. Fizeram 850 convênios com municípios e com entidades filantrópicas do setor de saúde, e não pagou em 2002. E o que é pior: deu baixa no SIAFI do Estado. Hoje quem deve, aos olhos da lei, não é o Governo de Minas, são os Prefeitos que foram enganados. Eles assinaram os convênios, mas não receberam os recursos. E terão que prestar contas de algo que não receberam. Parece brincadeira, mas é verdade.

Tão logo sejam constituídas as comissões, principalmente a de Fiscalização Financeira e Orçamentária, vamos protocolar uma denúncia contra o ex-Governador do Estado, para que ele possa cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, um cumprimento que é exigido dos Prefeitos. O Prefeito, quando deixa, em escala mínima, de cumprir a lei, é preso, denunciado e responde a processo criminal. E o governante maior do Estado de Minas Gerais, no setor de saúde e em outros setores, não cumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ainda na educação, nunca vi um Governador desagradar a tanta gente. Ele não agradou nem aos designados, aqueles que estavam sem concurso, de forma irregular, nem às pessoas que venceram o concurso. Promulgou o concurso nos últimos dias de seu Governo e depois o revogou, desagradando a todos. Ninguém sabe o que vai acontecer. Se permanecerão os designados ou se serão empossados os aprovados no concurso.

No DER, inúmeros projetos foram assinados. Os Prefeitos começaram as obras em seus municípios respaldados em convênios e não puderam terminá-las, ficando não sei quantos municípios com obras inacabadas. Na Secretaria de Assuntos Municipais, mais umas três centenas de convênios foram iniciados e não pagos. Isso se repete na Secretaria da Habitação e em várias outras, criando o caos administrativo deste Estado.

Coitado do Governador Aécio Neves, porque herdou um "abacaxi" muito grande. Infelizmente, ele terá que se sentar com os Prefeitos, com as lideranças e estabelecer, no mínimo, um cronograma de ação para que o Estado não fique com a pecha de mau pagador, caloteiro. Tudo isso graças à irresponsabilidade de governantes que passaram por Minas, tirando "onda de bacana", mas que, na verdade, deixaram o Estado numa situação extremamente difícil.

O Deputado Weliton Prado (em aparte)- Nobre Deputado Carlos Pimenta, suas palavras em relação à educação expõem uma questão muito séria. Como membro-Presidente da União dos Estudantes Secundaristas de Uberlândia, já há alguns anos venho denunciando o desrespeito, o descaso de sucessivos governos estaduais com a educação. Praticamente há 15 anos, não se constrói nenhuma escola estadual no Triângulo Mineiro e em outras regiões do Estado.

Há também um sério problema com relação ao transporte. Só em nossa região são praticamente 2 mil estudantes fora das salas de aula, pois não têm transporte, já que moram na zona rural.

Outro problema seriíssimo é a resolução do ex-Governador Itamar Franco proibindo jovens acima de 18 anos de estudar em escolas estaduais.

Estive presente à posse do Aécio. Passei a primeira reivindicação para que ele, como Governador, revogasse a medida do ex-Governador Itamar Franco, totalmente inconstitucional, já que fere a LDB e a Constituição Estadual, que determina que todos têm direito à educação. Infelizmente recebi, no dia 10 de fevereiro, da Subsecretária da Educação, Maria Eliana, informação de que não será resolvido o problema e que nossos jovens continuarão fora das salas de aula. Estamos estudando ações na justiça, pois a educação é direito do cidadão e é dever do Estado.

O Deputado Carlos Pimenta* - Agradeço a V. Exa. o aparte, que está coberto de razão. Faço um apelo aos Deputados e Deputadas do PT, pois estamos vivendo momento de exceção em nível nacional. Meu partido - PDT - apoiou prontamente o Presidente Lula, e esperamos que ele possa cumprir seu papel, embora esteja com dificuldades. Ele é obrigado a aumentar os juros, beneficiando mais uma vez o sistema financeiro, retirando o dinheiro da população e empobrecendo-a ainda mais. Nem por isso estamos aqui atirando pedras, mas torcendo. Peço aos companheiros e companheiras do PT que nos ajudem a reconstruir o Estado e que dêem um voto de crédito ao Governador Aécio, pois ele precisa e merece. Certamente quem agradecerá é o povo mineiro. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, funcionários da Casa, pessoal que ocupa as galerias, espectadores da TV Assembléia, apesar de haver falado ontem em uma situação de emergência, creio que o Sargento Rodrigues hoje vem reforçar o nosso pronunciamento em defesa do funcionalismo da Casa. Venho à tribuna com uma preocupação, e falarei rápido, que é fundamental para os dias que se aproximam.

Semana que vem a população do Brasil inicia os preparativos para a maior festa pagã do País, reconhecida internacionalmente como uma das melhores do mundo: o carnaval.

Infelizmente, junto com o carnaval, aparecem pessoas desavisadas, despreparadas, que no calor da festa, são contaminadas pelo vírus da AIDS ou de outra doença sexualmente transmissível. Só tenho uma palavra para definir a situação: tristeza.

O fato é que tenho em mãos matéria veiculada no jornal "Minas Gerais" de hoje, sobre o lançamento pela Secretaria de Estado da Saúde da Campanha de Prevenção DST-Aids para o carnaval. O Governo Aécio Neves investiu cerca de R\$190.000,00, segundo consta no "Minas Gerais" de hoje, principalmente dando enfoque ao sexo feminino.

É uma campanha dirigida à população em geral, com advertência maior aos adolescentes. Os dados registrados apontam para um expressivo aumento de casos de AIDS na faixa etária entre 10 e 19 anos. Horror maior é saber que Minas Gerais já possui 14.410 casos em maiores de 13 anos, e, o mais lamentável, 478 são crianças.

As diretorias regionais de saúde localizadas nos municípios e nas organizações não governamentais realizarão a distribuição de milhares de preservativos, as famosas "camisinhas", além de leques e camisetas para pessoas que irão trabalhar na campanha.

Quero sensibilizar os foliões para o risco de contaminação pela AIDS. Na condição de médico, advertimos que o uso de preservativos é primordial: não deixe que os festejos façam você se esquecer de que um preservativo pode salvar sua vida. Prevenir é necessário, pois a AIDS mata. Não brinque com sua vida.

Aproveito este momento para alertar a população brasileira. O nosso carnaval é o melhor do mundo, mas essa situação nos deixa apreensivos. Devemos prevenir, alertando a todos, principalmente aos jovens que se deslocam para os quatro cantos do País, sem se preocuparem com a prevenção, correndo esse risco por falta de informação ou por acreditar que nada acontecerá com eles.

O Deputado Neider Moreira (em aparte) - Muito obrigado. A título de informação, ontem tive acesso a um dado expressivo e significativo: o número de portadores do HIV, segundo o Ministério da Saúde, já ultrapassa 2 milhões, significando que mais de 1% da população brasileira está infectada. A grande maioria não sabe que porta o vírus, o que é mais grave, porque vai disseminando a doença. As palavras do Deputado Doutor Viana são extremamente importantes. Trago esse dado a título de informação, a fim de que possamos refletir sobre ações de saúde preventiva. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana* - Agradeço o aparte do nobre colega Deputado Neider Moreira. Essa preocupação é de todos, principalmente nossa, que, como médicos, trabalhamos na área da saúde. Devemos fazer esse alerta, porque apenas com a prevenção podemos nos livrar de uma doença que pode ser evitada e ainda não tem cura.

O Deputado Ricardo Duarte (em aparte)* - Deputado Doutor Viana, V. Exa. está levantando uma questão extremamente séria. As campanhas na época do carnaval ou durante a data mundial de luta contra a AIDS são ineficazes. Estamos vivendo um momento muito grave, que não tem sido considerado adequadamente pelas Secretarias da Saúde em geral. Por exemplo, os jornais estão publicando que a Secretaria da Saúde do Estado distribuirá 700 mil camisinhas durante o carnaval. Esse número é insignificante. Este é o momento certo para a discussão desse problema. Devemos fazer campanhas duradouras, permanentes, porque, para cada 150 brasileiros, um já está contaminado pelo vírus da AIDS.

Em países onde as campanhas não funcionaram, como o Haiti e países da África Subequatorial, já existe um caso para cada seis habitantes. O Brasil caminha para o caos nesta área. Os serviços de saúde pública no interior do Estado não funcionam no atendimento da AIDS, principalmente por meio de campanhas de prevenção. Este é um momento muito sério para discutirmos a questão, não apenas por causa do carnaval. Precisamos fazer algo. Houve inversão grave no perfil epidemiológico dessa doença, com aumento significativo dos casos em mulheres, especialmente as jovens, o que fará com que haja número cada vez maior de crianças contaminadas. Há ainda o aumento no custo do tratamento dos doentes. Esse assunto é oportuno e importante. É necessário que façamos um esforço junto ao Governo do Estado de forma que as campanhas possam ser permanentes. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana* - Agradeço ao Deputado Ricardo Duarte. Anteontem, lendo correspondência a pedido do Presidente, percebi que já existe pedido de colega nosso para que façamos debate público sobre a AIDS. No período de carnaval, os jovens deleitam-se no divertimento e esquecem-se da prevenção, e os riscos se tornam maiores.

Antes de terminar, gostaria de citar mais três cidades onde somos votados. Enviamos requerimentos de congratulações pelos 40 anos de emancipação política dos Municípios de Inimutaba, Ingaí e Três Marias no dia 19/3/2003. Gostaria de tornar o fato oficial e público.

O Deputado Sebastião Helvécio (em aparte) - Saúdo o Deputado Doutor Viana por discutir tema importante, como o dos portadores do HIV. Esta Casa, na década de 80 - mais precisamente 1989 -, deu grande contribuição à saúde pública brasileira. A Assembléia aprovou projeto de lei para a criação da Fundação HEMOMINAS. Na época, tive oportunidade, como Secretário de Estado da Saúde, de implantá-la. Hoje, percebemos que a HEMOMINAS é exemplo de saúde pública de alta qualidade, ao contar com recursos para sua execução.

Trago minha solidariedade e ressalto a importância deste parlamento pela sua contribuição efetiva para a área da saúde. Se trabalharmos para que seja obedecida a Emenda à Constituição nº 29, que obriga o aporte também do Governo Estadual para a saúde, poderemos lutar fortemente para melhorar os índices de desenvolvimento humano no nosso Estado. Parabênizo V. Exa. e reforço a importância desta Casa na solução de problemas na área da saúde pública. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana* - Para encerrar, mais uma vez gostaria de corrigir o setor de comunicação da Casa, que hoje, no "site" da Assembléia, informa que o Deputado Doutor Viana, usando da tribuna ontem, proferiu o seu discurso em defesa do funcionalismo a pedido do Líder Alberto Bejani. Já liguei para esse setor, pois não foi dessa maneira. Usamos a prerrogativa que o Regimento Interno nos dá de, por meio do Líder, requisitar a palavra na 3ª Fase e repassá-la ao Deputado. A iniciativa foi do próprio Deputado e teve a concordância do nosso Líder. Com muita alegria, sabemos que outros colegas estão empenhados, e a soma de todos os esforços fará com que esta Casa continue a valorizar a carreira dos nossos funcionários públicos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Leonídio Bouças* - "Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, amigos presentes na galeria, amigos da TV Assembléia, que, com seu trabalho, levam as imagens da Assembléia Legislativa de Minas Gerais para todas as regiões do Estado, povo de Minas, hoje é um dia especial para mim. É com grande alegria que volto a esta tribuna, e, com minha alegria, renascem meus sonhos. Sonhos de educador e médico que, conhecendo a realidade de Minas e do Brasil, acredita numa vida nova para todos nós. Agradeço a Deus por dar-me, novamente, a oportunidade de servir ao meu povo, povo de Minas Gerais. Agradeço aos meus conterrâneos de Pompéu, minha cidade natal, do Oeste de Minas, onde aprendi a apreciar a mineiridade, a deleitar-me em ser comedor de pequi e ser da terra da liberdade. Agradeço a minha gente amiga e desbravadora do Triângulo e Alto Paranaíba, desde Canápolis, Centralina, Araporã, Monte Alegre de Minas, Tupaciguara, Campina Verde, Santa Vitória, Araguari e Nova Ponte, Abadia dos Dourados, Monte Carmelo, Douradoquara, Cascalho Rico, Coromandel, até Carmo do Paranaíba, Frutal, Planura, entre tantas outras. Agradeço a minha querida Uberlândia, que me acolheu ainda criança, preparou-me para a vida como homem e cidadão e projetou-me no mundo político como Vereador, Presidente da Câmara Municipal, Vice-Prefeito e Deputado Estadual pela segunda vez.

Meus caros Deputados, minhas caras Deputadas, volto renovado, verdadeiramente animado; volto, acima de tudo, fortalecido intimamente, porque o verdadeiro homem público deve estar preparado para os momentos graves. E o momento é grave porque Minas está em queda. Os jornais têm publicado, com insistência, a situação mais que difícil da economia do Estado. Não precisaríamos dos jornais para nos apercebermos de que, mesmo com a situação difícil que o Brasil vive há muitos anos, o clima de decadência sentido em Minas é antagônico ao clima de euforia que tomou conta de outros Estados, como Goiás, a Bahia, entre tantos outros.

Abro um parêntese para aplaudir a equipe do jornal "O Tempo" que fez uma série de reportagens, mostrando a situação econômica deste Estado. Ouvi atentamente os pronunciamentos do Deputado Carlos Pimenta, que abordou problemas na educação, na saúde e foi aparteado por colegas. Digo com grande preocupação: os problemas são muitos, mas não haveremos de resolver nenhum deles, de ser depositário fiel dos anseios e das aspirações do povo de Minas, enquanto não conseguirmos levantar Minas Gerais.

Lerei belo editorial, escrito pelo Deputado Federal Vittorio Mediolini, cujo título é "Minas em Queda", para que aqueles que estejam nos assistindo pela televisão e não tenham tido a oportunidade de lê-lo, tomem conhecimento. (- Lê:)

"Não é a burocracia que gera riqueza, ela gasta riqueza produzida por quem trabalha na produção, por quem investe, por quem arrisca seu nome, sua poupança, seu talento, sua casa, tendo sempre ao lado um 'leão', que, em nome do bem comum, tira-lhe 40% daquilo que gera. O Estado se desviou de sua função a ponto de mergulhar no descrédito. Apenas cobra e pouco ou nada devolve ao contribuinte, ao cidadão.

Minas é um exemplo cruel. Abandonou a sociedade se arrogando apenas o direito de lhe cobrar uma fatia intolerável. Resultado: pelas bordas de seu imenso território fogem, a cada dia, pequenos, médios e grandes empreendimentos. Milhares de empresas optaram por Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e até pela Bahia. Outras fecharam as portas sem que ninguém se preocupasse em compreender as razões. O empobrecimento de Minas se enxerga sem lupa."

Mais adiante, desfia uma série de exemplos de empresas que desistiram de trabalhar em Minas Gerais: de Muriaé, foram para o Espírito Santo e o Rio de Janeiro; de Uberlândia, foram para Goiás e Mato Grosso; e de Santa Rita de Sapucaí foram para a Bahia. (- Lê:)

"O abandono do sistema viário e das vias de acesso pesou também na decisão de outras mudanças.

A atividade empresarial em Minas assumiu as características de atividade heróica, e o Estado convive há séculos com a vergonhosa pobreza do Jequitinhonha, do Mucuri e de São Mateus - os vales que disputam a liderança da miserabilidade brasileira, tratados com esmolas. Nesses bolsões de abandono se nasce sonhando com uma oportunidade de emprego e se morre prematuramente na fila das esmolas. A desesperança contagiou regiões antigamente prósperas, que hoje sonham entrar na antiga SUDENE para serem contempladas nos programas de cestas básicas."

Ouvi neste Plenário vários Deputados da outra legislatura se referirem ao Triângulo, a Uberlândia, como novos Deputados dessa região - os primos ricos do Estado -, e hoje a pobreza toma conta daquela área.

As empresas fogem para os Estados vizinhos, já não procuram se estabelecer em Minas Gerais. Com a pobreza do Triângulo, do Sul de Minas, da Zona da Mata, o que haverá de sobrar para o desenvolvimento deste Estado? (- Lê:)

"A decadência, num clima tão sombrio é inevitável. A saída é exportar café, aço, celulose, e para quem não pode exportar produto, só resta exportar a si mesmo. Milhares de mineiros moram nos Estados Unidos, e outros milhares sonham em se mandar para lá.

A miséria é debelada apenas pelo desenvolvimento, um fator que merece preocupação, cuidados e muita vontade. Mas o que espanta é o fato de muitos não se aperceberem disso, ou seja, de tratarem o empreendedor apenas como contribuinte de impostos, poço sem fundo, saco de pancadas, plantação que não precisa de cuidados. Tudo irresponsavelmente, como se uma sociedade organizada pudesse se sustentar sem o alquimista que concilia as forças do trabalho e do capital para transformá-las em salários, impostos, produção e progresso. O empresário mineiro hoje é um "dom quixote" que entra num caminho com menos de 5% de possibilidade de sucesso e 95% de fracasso. Minas Gerais, enquanto caravanas de empresas passavam para outros Estados, ficou como cão de guarda: latindo para que as empresas apressassem o passo."

Por isso, digo que o momento é grave, pois, com a queda econômica, há a queda social. Vejam o Índice de Desenvolvimento Humano do nosso Estado em comparação com o de outros Estados de menor peso econômico. Devido a isso, o Governo de Minas tem sido matadouro de políticos. Nesse contexto, impõe-se a nossa união. Num momento em que governa o Estado, Aécio Neves, um homem jovem, com experiência e talento político reconhecidos nacionalmente, trabalha por uma reestruturação administrativa do Estado que dê novas condições internas ao desenvolvimento. Além disso, existem as condições externas, tão preocupantes quanto as internas.

Na cerimônia de posse do Conselheiro Simão Pedro Toledo - meu antigo colega, vizinho de gabinete - como Presidente do Tribunal de Contas do Estado, tive oportunidade de ouvir nosso Governador falar da necessidade de um novo pacto federativo.

Quero convidar todos os Deputados para que nos constituamos numa força sinérgica com o Governador Aécio Neves, a fim de que Minas assuma a frente pelo restabelecimento de um novo pacto federativo.

Assistimos, nos últimos anos, à brutal concentração de recursos no Governo Federal. Veio tanto o Fundo de Estabilização Fiscal que retirou receita dos Estados e dos municípios quanto a Lei Kandir, o FUNDEF e o aumento incomensurável das contribuições como a CPMF, a COFINS e tantas outras, sem que os Estados e municípios não participem do bolo. A carga tributária no Brasil pulou de pouco mais de 20% para mais de 35% do PIB. Isso é um verdadeiro assalto ao bolso dos contribuintes sem darmos para o povo a resposta por que ele tanto anseia. Mas os recursos estão concentrados na União. Aos municípios e aos Estados se dá muito pouco, o mínimo, mas a União recebe todos os recursos.

O que vimos, caros companheiros, em meu entendimento, foi a tentativa de transformação da República Federativa do Brasil em "república unitária". Quero chamar a atenção sobre esse ponto. No Brasil, estão rasgando a Constituição, falando em república federativa, porque, para ser uma república federativa legítima, os Estados teriam o direito de legislar sobre assuntos de seu interesse. O que vimos no País foi o aniquilamento econômico das unidades federativas, num primeiro plano, para, num segundo momento, impor-se o autoritarismo político.

Vejam a verticalização das coligações eleitorais, subordinadas às eleições estaduais, às eleições presidenciais, que são somente a ponta do "iceberg".

Numa república federativa legítima, os Estados são autônomos, embora não soberanos. Vejam o caso dos Estados Unidos da América, onde em um Estado tal procedimento é legal, enquanto em outro, não.

Num país de dimensões continentais como o nosso, é preciso que se cumpra em primeiríssimo lugar o art. 1º da Constituição Federal, que anuncia que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados, dos municípios e do Distrito Federal, constituindo-se em um Estado democrático de direito.

Confesso que foi justamente por acreditar há quatro anos que somente no Congresso Nacional poderíamos lutar por um novo pacto federativo que me candidatei a Deputado Federal, em 1998. Sentia-me frustrado, impotente como Deputado Estadual, já que haviam usurpado o poder dos Estados e dos municípios. O poder está concentrado na União.

Mas, hoje, estou aqui novamente para que possamos nos unir, juntar esforços e apoiar o Governador Aécio Neves, para que Minas seja outra vez a voz da liberdade e para que o nosso País seja uma república federativa de verdade. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, é impossível negar a emoção que toma conta de mim ao ocupar, pela primeira vez, a esta tribuna na qualidade de representante do povo de Minas Gerais. Creiam, é como se estivesse ouvindo o ressoar dos passos de grandes e atuais políticos mineiros, que, em circunstâncias diversas, galgaram estes degraus. Entendam também que não tenho a ousadia de me comparar a tantos nomes que integram a história de Minas e do País. Aliás, aos meus 25 anos, estou chegando aqui para aprender com a experiência dos mais velhos e com a soma das vontades de outros jovens, igualmente no início de jornada, que esperamos, seja plenamente a favor dos ideais dos mineiros.

Seria perfeitamente possível sentir-me perdido entre o ressoar de passadas ilustres de tantos que por aqui transitaram. Porém, sou guiado pelo ressoar das passadas e de exemplos dignificantes, com os quais marcaram este Plenário o meu avô, Sady da Cunha, e o meu pai, Ziza Valadares, ambos com largas folhas de serviços prestados ao povo de Minas. É deles que herdo o gosto pela política, acostumado desde criança ao convívio em minha casa com estadistas do porte de Tancredo Neves, Mário Covas, Pimenta da Veiga, Eduardo Azeredo, Aécio Neves e tantos outros em quem me espelho.

Chego como aprendiz, atento ao recado das ruas manifestado nas urnas nas últimas eleições, certo de que a juventude à qual me integro deseja mudanças em busca de um futuro mais justo e democrático no plano político, econômico e social.

Não cheguei aqui com base em promessas. Assumi compromissos. O primeiro deles com a ética e a transparência. Espero cumpri-los sem demagogia ou milagres, consciente de que o povo está descrente dos mágicos e milagreiros da atividade política. Não mais existe espaço para o trabalho solitário, mas para o solidário. Estarei atento a todas as questões: saúde, educação, emprego, lazer, turismo, ecologia, moradia, segurança pública, transporte urbano e cultura, porém sem tirar os pés do chão.

Sonhando sim em encontrar soluções, mas sem me distanciar da realidade.

Com muito orgulho pertencço à base de apoio do Governador Aécio Neves, esperança renovada dos mineiros de reencontrar melhores dias. Mas isso não me impedirá de rediscutir com ele eventuais decisões tomadas, quando assim se fizer necessário. Conheço o espírito democrático do Sr. Governador e o seu gosto pelo exercício político que possibilita tal comportamento.

Nos planos federal e municipal, em especial da minha terra natal, Belo Horizonte, estarei pronto a aplaudir qualquer iniciativa benéfica ao povo, por parte daqueles a quem os eleitores confiaram os destinos político e administrativo do Brasil e da Capital mineira, mas sem abrir mão de minha missão fiscalizadora. Quando necessário, exercerei sem passionalismo uma crítica construtiva, responsável e coerente, buscando também apontar soluções corretas e possíveis. Enfim, serei coerente.

Na esfera federal é forçoso estar atento aos cortes orçamentários que foram anunciados com grande destaque na imprensa, principalmente nos setores que dizem respeito a Minas Gerais, pois não poderemos permitir que um Estado da importância do nosso tenha o seu progresso travado. Ficarei atento ainda às prometidas reformas política, previdenciária e tributária, sem as quais o Brasil perderá o seu rumo, e à questão da regulamentação da CIDE; estamos inteiramente solidários com a posição do ilustre Deputado Federal Eliseu Resende em sua abordagem do problema.

Em relação a Belo Horizonte, a nossa atenção estará concentrada nos conhecidos problemas que passaram e passam despercebidos às últimas administrações, principalmente os repetitivos dramas que afligem as populações carentes por ocasião dos longos períodos de chuvas fortes, decorrentes de uma crônica falta de fiscalização. Estarei atento à CPI da chuva, instaurada na Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte por solicitação do Vereador José Lincoln Magalhães, e a um assunto grave que começa a ganhar as páginas dos principais diários: a problemática do lixo.

Essa é uma prática democrática, um dever cujo exercício não inviabiliza diálogos e uma boa convivência, a alma da atividade política. Quero e vou colaborar e contribuir para o resgate da valorização da atividade política. Estarei sempre atento para não decepcionar todos os eleitores que confiaram em mim. E com a graça de Deus, com meu próprio trabalho e com a ajuda de todos os senhores e senhoras, poder dizer sempre que a minha missão é cumprida com dignidade.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Parabenizo V.Exa. pelo seu pronunciamento. V. Exa., que chega a esta Casa com experiência familiar, com berço, com "pedigree" e, acima de tudo, com vivência no mundo político, sempre viveu ao lado de seu pai, o qual soube respeitar o eleitorado, fazer por Belo Horizonte, por Minas Gerais e por todo o nosso Brasil.

Gostaria de desejar boas vindas e lembrar que V.Exa. chega cheio de sonhos e vontade de fazer.

Também como V. Exa., aos 23, 24 anos, iniciei minha vida política como Vereador aqui em Belo Horizonte. Também cheguei cheio de sonhos e por isso digo, por experiência própria, que não deixe esses sonhos se acabarem. Continue sonhando e trabalhando, porque, a cada dia, estamos aprendendo. Tenho certeza de que V.Exa. brilhará, nesta Casa, em sua caminhada pela vida pública. Parabéns, seja bem-vindo e não decepcione seus eleitores, porque, acima de tudo, o que o político tem de mais precioso são os amigos e eleitores.

O Deputado Leonardo Quintão (em aparte) - Deputado Gustavo Valadares, também como iniciante nesta Casa, desejo-lhe o melhor. Como disse o Deputado Alencar da Silveira Júnior, quando o homem inicia uma carreira tem sonhos e pretensões, como também os tenho. Espero que esses sonhos continuem em seu coração e que possam gerar atitudes e que as suas atitudes, como parlamentar, possam ajudar a amenizar o sofrimento do povo. Como V. Exa. disse, em Belo Horizonte, há centenas de milhares de pessoas que necessitam dos seus sonhos e das suas atitudes para melhorar as suas vidas. Há mais de 300 mil pessoas vivendo em locais subumanos, em vilas e favelas. Essa comunidade precisa de sua atitude imediata para, junto com o Governo do Estado, receber as benfeitorias necessárias. Assim, essas pessoas poderão restabelecer os seus sonhos e gerar riquezas para a manutenção de suas famílias.

Deputado, venho me unir a V. Exa. nessa luta em prol de Belo Horizonte, da Grande BH e do interior de Minas. Continue nessa batalha, porque V. Exa. fará diferença e vai ajudar a mudar a história de Minas. Desejo a V. Exa. muito sucesso e que continue com seus sonhos, procurando mudar a nossa sociedade.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Ao saudar o Benjamin desta Casa, gostaria de lembrar uma passagem bíblica de cerca de 2.000 anos que fala que pelo fruto se conhece a árvore. Aqui poderíamos inverter dizendo que pela árvore também se conhece os frutos. V. Exa. fez referência ao seu avô, Sady da Cunha, do nosso Leste de Minas, de Peçanha, e ao seu pai, Luiz Otávio Valadares, o nosso Ziza. Ambos passaram por esta Casa com uma folha brilhante de trabalho. Queremos saudá-los e a V. Exa. reafirmando a admiração que temos por sua origem e por sua pessoa.

Sabemos que, juntando a experiência que muitos aqui têm com o estímulo da juventude de V. Exa. e de tantos outros jovens na Casa,

certamente faremos um trabalho importante para projetar este parlamento junto ao povo mineiro, para despertar o respeito, a admiração e a valorização desta Casa. Parabéns e felicidades para o colega tão jovem e promissor.

O Deputado Gustavo Valadares* - Obrigado Deputado. Conto com a ajuda de todos os Deputados mais experientes e também dos mais jovens para que possamos fazer um trabalho solidário, em nome do povo de Minas. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público, cumprimento os nobres pares que aqui chegaram para seu primeiro período legislativo. Desejo-lhes boas-vindas, sucesso e felicidades. Que representemos o povo, buscando sempre o melhor, com atuação efetiva deste Poder.

Na legislatura passada, esta Casa discutiu vários projetos de lei a respeito de diversas categorias de servidores públicos. Tivemos projetos do Poder Judiciário debatidos com o Sindicato dos Servidores. Após longo debate, encontramos a solução. Houve também projetos sobre a carreira dos servidores do Ministério Público. À época, fiz um desabafo, pois projetos de nossa autoria tramitavam havia dois anos, mas o Presidente não os colocava na pauta. Projetos de lei complementar foram votados em dois turnos, em uma semana. Votaram-se projetos concedendo aumento salarial a servidores do Poder Executivo e da área da saúde. No final do ano, corrigimos injustiças, já que os servidores da saúde receberam reajuste. Conseguimos que a lei fosse votada e os servidores fossem contemplados. Mas fomos surpreendidos. Conto com o apoio de todos os pares. O Doutor Viana ocupou a tribuna para dizer que os servidores efetivos desta Casa estão em situação difícil, com a edição da Deliberação nº 2.327, editada no final da legislatura passada. Não podemos deixar que injustiças ocorram. Devemos nos posicionar e conversar com cada servidor deste Poder. Se defendemos os interesses de todos, o ditado popular "casa de ferreiro, espeto de pau" não pode prevalecer, pois há aqui um quadro de servidores efetivos. Essa deliberação foi extremamente maléfica à carreira dos servidores.

Portanto, parabeno a iniciativa do Doutor Viana. Convoco todos os Deputados, seja Presidente, seja Vice-Presidente, seja Secretário. Todos temos responsabilidades para com nossos servidores. Já que não podem ocupar a tribuna e manifestar sua indignação e revolta, temos de conversar com o Presidente, com o Sindicato dos Servidores, para solucionarmos o problema da carreira.

Quero, Sr. Presidente, ler o seguinte:

(- Lê: -) "A nova carreira, ao introduzir o prêmio de "performance", exclui, previamente, sem nenhuma razão para tanto, o universo de 50% dos servidores do direito. E o mais grave é que isso é feito segundo critérios inteiramente subjetivos. Fica ao sabor do Gerente definir quem deve ou não ser promovido na carreira. Essa situação é ruim tanto para o servidor quanto para o próprio Gerente, que se vê constrangido a escolher, sem saber como e por que razão, quem merece e quem não merece receber promoção.

É importante lembrar que a carreira foi exaustivamente discutida com os servidores, que apresentaram minuta de plano, que foi bem recebida pela direção da Casa. Mas, repentinamente, sem nenhuma explicação, publicou-se a Deliberação nº 2.327, que, na prática, elimina qualquer chance de carreira adequada na Assembléia.

Não custa lembrar que a carreira é o maior, e talvez o único, mecanismo de profissionalização do servidor. Afinal, uma boa carreira prende o bom servidor na Casa e garante à sociedade serviços eficientes. Só mesmo o tempo e a experiência são capazes de propiciar a profissionalização do servidor. Sem carreira, a rotatividade dos servidores será intensa, e sua dedicação será sofrível.

Quero citar aqui uma lista de problemas que advêm dessa nova sistemática implantada pela Deliberação nº 2.327: extinguindo-se, na prática, uma política de mérito, passará a prevalecer, nesta Casa, os velhos hábitos clientelistas e as políticas de apadrinhamento. O servidor, para subir na carreira, não precisará ter bom desempenho ou compromisso com a administração pública, bastará ser amigo ou puxa-saco de Deputados ou autoridades detentoras de poder; haverá, também, a exposição do servidor a pressões indevidas, já que, com medo de não ser promovido, cumprirá qualquer ordem do seu superior, ainda que seja manifestamente ilegal; outro problema será a estagnação, desânimo e insatisfação do servidor, pois sabe que as chances de progredir na carreira são muito remotas; certamente haverá um clima de animosidade interna, pois o servidor sabe que estará disputando com seus colegas uma vaga na promoção. Não haverá mais um ambiente de trabalho coeso e solidário, como se deve esperar de uma administração pública séria e eficiente.

Ademais, a nova carreira tem sido justificada pela necessidade de se enxugarem as despesas da Assembléia, mas está divulgado, no site da Assembléia - e isto é de conhecimento geral, certamente público - que tem se mantido bem abaixo dos limites de despesa de pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O mais estranho é a política contraditória em relação à votação de planos de carreira de outros Poderes, como disse anteriormente. Recentemente esta Casa discutiu e aprovou planos de carreira do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas, e tais planos não continham restrição como a que agora se impõe aos servidores da própria Assembléia.

Se não bastasse tudo isso, ainda cabe observar que a Deliberação nº 2.327, que cria a nova carreira, é visivelmente inconstitucional. Primeiro porque ultrapassa os limites impostos pela Resolução nº 5.203 à direção da Casa. Segundo porque viola a Constituição do Estado, que dispõe que o servidor estadual tem direito de ser avaliado segundo critérios objetivos.

Finalmente, cabe lembrar que o Tribunal de Justiça anunciou, na última terça-feira, as medidas de contenção de despesas que vai tomar. A reportagem do "Minas Gerais" chama atenção para o fato de que o Presidente do Tribunal pretende enxugar uma série de gastos, ressaltando, expressamente, o investimento na carreira do servidor.

Não se trata, portanto, de defender os interesses corporativos de determinada categoria, mas de defender o interesse público, que, tanto no Legislativo como nas demais áreas da administração pública, impõe a adoção de critérios objetivos na relação entre os poderes públicos e seus servidores, relação essa que deve ser marcada pelos valores da igualdade, lealdade e moralidade.

Portanto, Sr. Presidente, conclamamos todos os Deputados para nos reunirmos com o Colégio de Líderes e com o Deputado Mauri Torres, a quem ainda não tive a oportunidade de relatar o drama, o sofrimento e a angústia por que os servidores desta Casa têm passado ao receber a notícia da edição da Resolução nº 2.327. Se não tivermos a sensibilidade e a capacidade de olhar a questão dos nossos servidores efetivos, que auxiliarão cada Deputado nos trabalhos das Comissões, na hora de emitir uma consultoria e uma correspondência, como poderemos aprovar os projetos de outros servidores, de qualquer categoria, pertencentes a outros órgãos? Temos de reconhecer a injustiça cometida e precisamos repará-la. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Roberto Carvalho* - Amigo Presidente Rêmo Aloise, caros Deputados Andrada e Sargento Rodrigues, colegas presentes, galeria, estamos vivendo no Brasil e em Minas, indiscutivelmente, um momento de muita esperança. Como expôs nosso Líder Rogério Correia - temos a querida amiga Deputada Jô Moraes participando também do nosso bloco -, não vamos fazer oposição ao que vier a melhorar a condição do

Estado, a máquina administrativa para que o Governo cumpra com suas obrigações, com o que prometeu ao povo mineiro. Estamos aqui para ajudar o Governo. Ontem, o Deputado José Milton conclamou, e não fugiremos ao seu apelo. Podem estar certos de que, de nossa parte, somente obstruiremos os trabalhos à medida que tivermos propostas concretas para cobrarmos do Governo.

Ontem, o Líder da Maioria, Deputado Miguel Martini, falou sobre a reforma. Particularmente, sou contra a lei delegada. O Poder Legislativo, que já tem poucas prerrogativas, quando faz delegação, abre mão da sua função. As alterações na máquina pública tem de passar por esta Casa. Foi feita a delegação. Gostaria que, posteriormente, o Governo mostrasse o que realmente foi feito para enxugamento da máquina e diminuição das despesas. A bancada está estudando, e estou fazendo uma análise simples, onde se vê que secretarias foram extintas, mas foram criadas subsecretarias. Não acredito que a reforma traga uma economia virtual. Nas subsecretarias criadas os salários são os mesmos das anteriores. Ademais, temos mais subsecretarias que as secretarias antes existentes. Gostaria de, depois, ver os números concretos desse enxugamento e o significado real em termos de economia para o Estado. Tenho certeza de que o Governo, por intermédio do Líder da Maioria, vai trazer as informações.

Ontem, o Governador anunciou a reforma com R\$20.000.000,00 de redução dos gastos, o que a imprensa nacional tratou como sendo um grande feito. Por isso, temos de saber onde houve redução, se ela realmente aconteceu.

O Governador anunciou a redução do seu salário. Uma redução virtual, já que o aumento foi a partir de janeiro e ainda nem chegou a receber, uma vez que os servidores públicos recebem no dia 25. Mas, acreditando na intenção do Governador, cabe a esta Casa colaborar com ele, para que efetivamente possamos ter austeridade e diminuição dos gastos que não forem necessários.

Para isso, fiz um levantamento. O Estado tem uma frota de aviões: um jat stal citation, lear jet, king air 300, helicóptero douphan, bandeirantes, helicóptero jet, xingu 02. Todos da frota do gabinete do Governador. É de aproximadamente 43 milhões o valor desses aviões. Estamos autorizando, propondo um projeto e tenho certeza de que a bancada que apóia o Governo, no intuito de colaborar com o Governador, apreciará a iniciativa no sentido de que o Governo venda os aviões. Propomos que fique apenas um helicóptero para as viagens.

Vou ler o projeto: "Fica o Poder Executivo autorizado a alienar as aeronaves de sua propriedade, na forma da Lei Federal nº 8.666, sendo-lhe permitido conservar a propriedade de um helicóptero, que deverá ser utilizado exclusivamente para uso oficial em serviço. As viagens que se fizerem necessárias para o exercício do mandato de Governador deverão ser feitas no helicóptero remanescente ou em aviões de carreira", o que é natural, "observada a cotação de preços prevista na lei federal".

Deputado Miguel Martini, a manutenção das aeronaves fica em torno de R\$112.000,00 por mês. Tenho certeza de que o Governador acatará e receberá de bom grado essa sugestão de redução de despesas e essa prova de austeridade.

O Governador não despacha no Palácio das Mangabeiras, que foi feito numa outra época, aliás uma obra projetada por Niemeyer. Temos o Palácio da Liberdade onde as recepções oficiais podem ser feitas. Estamos autorizando e propondo - sei que o Deputado Miguel Martini, que é um homem de letras e de cultura, vai gostar da sugestão - que o Palácio das Mangabeiras deixe de ser palácio oficial e se transforme em um museu. Estamos no ano do centenário do poeta maior da língua brasileira, Carlos Drummond de Andrade. Proponho que o Governador e esta Casa dêem o nome de Carlos Drummond de Andrade ao museu de artes e de literatura. Minas Gerais já deu e tem dado ao País os maiores poetas e romancistas da nossa língua. Cabe então a Minas transformar o palácio em um museu de arte, em um museu vivo. O Governador tem apartamento em Belo Horizonte, onde pode morar com toda segurança.

A Deputada Jô Moraes é adotada por nós. Não nasceu aqui, mas é nossa, mineira.

Com isso ajudaríamos o Governador. Estou estudando inclusive outras medidas para levar ao Governador no sentido de que possa efetivamente promover a austeridade. Ontem mesmo ele disse que a situação do caixa do Estado era gravíssima. São sugestões que estamos dando ao Governador, Sr. Presidente. Tenho certeza de que o nosso intuito é colaborar com o Governo. Se ele quer reduzir gastos, se quer austeridade, também queremos. Tenho certeza de que contaremos com o apoio da maioria desta Casa.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (em aparte) - Estou entendendo o discurso de V. Exa. e sua proposta como uma crítica velada que faz ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que mora no Palácio da Alvorada e tem a Granja do Torto como residência de fim de semana. Tenho a impressão de que V. Exa. está incomodado com o que está acontecendo em Brasília e, sem condição de fazer uma crítica direta ao Presidente da República, sendo um membro influente do PT, usa desse artifício da crítica ao Governador Aécio Neves, de forma indireta. Entendo dessa forma o que V. Exa. está expondo hoje, nesta tarde, nesta Casa.

O Deputado Roberto Carvalho* - Caro Navarro, amigo que muito admiro, fiquei decepcionado, pois pensei que V. Exa. apoiaria as medidas sérias. Acredito que o Governador está sendo sincero. Não creio que esteja fazendo demagogia ao propor a redução de seu salário. Não é medida virtual.

O Governador pediu que a bancada do PT ajudasse e estamos ajudando. Não de crítica velada. Os ministros do Governo Lula estão viajando em avião de carreira. Estive em Brasília com o Governador do Acre, que é do PT. E não precisa ser do PT, poderia ser de outro partido, pois não se trata de filiação partidária. Saiu do Acre em avião de carreira. Por que não? Isso não diminui o peso de Minas. É o peso dos mineiros, de nossa terra. O Governador deve ter avião. Parto do seguinte princípio, com relação ao Palácio, Granja do Torto ou o que for: é outra situação. Agora o Deputado Sebastião Navarro pode enviar a sugestão para o Lula, o qual, tenho certeza, a receberá de forma positiva e não irônica.

Estamos propondo ao Governo uma medida séria, pois penso que está falando sério.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Agradeço o aparte. Tento acompanhar o raciocínio de V. Exa. e é possível entender o seu propósito. Tenho certeza absoluta de que o cidadão Aécio Neves concordaria com V. Exa. O Governador dirige um Estado que possui mais de 17 milhões de mineiros e que é a terceira economia do País. Poderíamos ser a segunda. Perdemos para o Rio de Janeiro apenas por incompetência administrativa do governo anterior.

O Governador Aécio Neves tem de estar em Brasília para uma audiência convocada pelo Presidente Lula. Veremos, então, quais são os aviões de carreira disponíveis para aquele horário. O Governador irá com seu motorista ao aeroporto e fará o "check in". Aguardaremos na sala de espera até o embarque. O avião que sairia às 14 horas atrasou devido ao mau tempo, não sendo possível pousar em Belo Horizonte. Acionaremos o aluguel de aeronave e faremos cotação em cima da hora, mas deveria ter sido feita licitação para saber qual empresa servirá ao Estado quando o Governador precisar. O Governador precisa e ao mesmo tempo o Secretário da Saúde é acionado, pois necessita estar em Teófilo Otoni, onde há um surto grave. O Secretário da Segurança também tem de estar no Sul de Minas, porque houve grave problema com a polícia. Esperaremos, então, os aviões de carreira. Minas Gerais está bem servida até agora. Há bastante vôos. Vôos para o Alto Paranaíba, para o Sul de Minas.

Imaginemos que o Governo do Estado não consegue trabalhar porque os horários dos vôos regulares não são capazes de atender à demanda

do Estado. O Estado não pode comparecer à reunião presidencial porque - saiu a manchete no jornal - foi fechado o Aeroporto da Pampulha, devido ao mau tempo.

O Palácio das Mangabeiras - provavelmente o cidadão Aécio Neves deve estar morando em seu apartamento - representa a autoridade constituída, devendo ser ocupado durante as recepções oficiais. Mas acontecerá uma reunião internacional, que contará com a presença de Presidentes e Governadores. Então, decidiremos qual hotel e restaurante atenderão aos convidados. Para isso, deverá ser feita licitação, o que demanda certo tempo. Outra opção é a carta-convite, que também não poderá ser utilizada, porque a reunião foi marcada muito rapidamente.

Fico imaginando como Minas Gerais seria vista pelos outros governantes, pela sociedade em geral. Isso melhoraria a imagem do nosso Estado? Outras medidas deveriam ser tomadas, a fim de economizar efetivamente? Essas o Governador tem apontado, inclusive cortando no seu próprio salário, que era de R\$12.000,00. Então, está cortando no que era, e não daquilo que será, que já é lei.

Precisamos pensar o Estado, a atividade política e a representatividade, de forma a construir algo melhor. Seguindo o raciocínio do Deputado Sebastião Navarro Vieira, a partir de amanhã o Grupo de Transporte Especial - GTE -, da Presidência da República, estará desativado. Recentemente, na última viagem que fez ao exterior, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva utilizou avião de carreira. Mas os transtornos causados fizeram com que fosse acionado um Boeing 707 do Brasil para buscá-lo no exterior.

Deputado Roberto Carvalho, como crítica velada, como ironia, aceitamos. Esse é o papel da oposição. Mas se queremos ajudar o Governo de Minas a promover as transformações necessárias temos propostas mais interessantes e aceitáveis pela sociedade, que realmente construirão algo novo.

Apresentamos um projeto de lei no ano passado, com o objetivo de moralizar as aeronaves no Estado. É proposta interessante, porque se aquele deslocamento fosse justificado, em função da premência, da necessidade, daria oportunidade de a Assembléia fazer a fiscalização. Portanto, deixo essa sugestão: vamos discutir esse problema. O Governador Aécio Neves está apontando para um caminho de austeridade, que devemos seguir. Muito obrigado.

O Deputado Roberto Carvalho* - Deputado Miguel Martini, o projeto não foi feito de forma irresponsável. Propõe que um helicóptero fique à disposição do gabinete do Governador, resolvendo, portanto, todos os problemas mencionados por V. Exa.

A Polícia Civil manteria os aviões por questão de segurança. O IEF manteria o helicóptero, que é usado na prevenção e no combate aos incêndios das nossas florestas e matas, tão degradadas. O Palácio da Liberdade é muito maior, sendo o local adequado para recepcionar reis e rainhas, como já aconteceu. Foi exatamente o ex-Governador Tancredo Neves que o restaurou, ali despachando e fazendo todas as recepções. As propostas são sérias. Tenho certeza de que serão bem recebidas pelo Governador, que deseja austeridade. Além dessas, ainda apresentaremos outras.

O Deputado Mauro Lobo (em aparte)* - É uma satisfação estar com V. Exa. novamente nesta Casa. Começamos em 1991 e, agora, nos reencontramos.

Como V. Exa. saiu da Câmara Municipal há pouco tempo, gostaria de um esclarecimento: a Prefeitura ainda possui aquela casa de hóspedes na Pampulha?

O Deputado Roberto Carvalho* - Boa pergunta e boa lembrança! Quando tomamos posse assumimos na Câmara e Patrus, na Prefeitura, desativamos a casa na Pampulha. Nunca mais foi residência oficial do Prefeito. Aliás, tornou-se centro de treinamento dos servidores municipais. Patrus disse: "Moro em Belo Horizonte e tenho meu apartamento". E continuou, nos quatro anos de mandato, no seu apartamento, assim como fizeram o Dr. Célio e Fernando Pimentel.

O Deputado Mauro Lobo (em aparte)* - Realmente, pressupõe-se que, por exigência legal, o Prefeito deva ter domicílio na cidade. É normal que tenha sua moradia. Aquela era uma casa para receber visitas. Durante muitos anos, várias autoridades foram recepcionadas nela.

Isso tudo deve ser levantado, isto é, se devemos fazer museu municipal, estadual ou federal, que seja de forma a aproveitar os próprios imóveis da União, do Estado ou do município.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Deputado Roberto Carvalho, apenas para completar e ajudar a V. Exa., gostaria de dizer que fui Vereador, assim como o Rogério e o Roberto de Carvalho. E o Patrus era o Prefeito. Lembro ao Roberto que, por várias vezes, nós, Vereadores, fomos recebidos pelo Prefeito Patrus Ananias em festividades e comemorações na casa da Pampulha. Se isso ocorreu posteriormente, é a memória dele que está fraca.

O Deputado Roberto Carvalho* - Nobre Deputado Alencar da Silveira Júnior, transmita-me depois pessoalmente suas sugestões.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezados assistentes, telespectadores da TV Assembléia, inicio minhas palavras saudando os presentes, os reeleitos e os novos Deputados que representam o povo mineiro. Tenho a certeza de que os que não tiveram sucesso na reeleição continuarão, de onde estiverem, labutando na vida pública, de certa maneira, e a seu modo, ajudando o nosso Estado a avançar e superar dificuldades.

Sr. Presidente, ocupo esta tribuna para trazer informações sobre este Governo, que se iniciou há 50 dias. Nós, da bancada governista, sentimos no dever - no bom sentido, no dever estimulante, porque acreditamos no que estamos fazendo - de trazer alguns temas e fatos. O novo Governo assumiu o comando do Estado com sérias dificuldades financeiras, o que não é novidade, que o colocam e à sua equipe numa encruzilhada.

Ou caminha-se para buscar soluções paliativas, empurrando a crise e os problemas para que estourem em alguma época - e, aí sim, tentando-se, mais uma vez, postergar solução mais profunda -, ou o Governo, desde o início, toma atitudes duras, drásticas, positivas, no sentido de resgatar a capacidade do Estado e a eficiência administrativa, enfrentando os problemas de frente e começando a construir um novo tempo e uma nova Minas para os mineiros, colaborando para o desenvolvimento nacional.

Hoje nosso Estado está diante de uma tal situação financeira que, talvez, na história do Estado, jamais algum Governador tenha assumido com tamanha problemática. Do orçamento de quase R\$18.000.000.000,00 previstos para este ano, votado na Legislativa passada e que entra em vigor agora, R\$2.300.000.000,00 são receitas previstas, porém virtuais, não ocorrerão, colocadas no orçamento apenas como jogo contábil,

mas que não se concretizarão. O Estado receberá cerca de R\$8.639.000.000,00 de receitas vinculadas. São transferências que chegarão com destinação para determinados programas e atividades. O Estado terá como receita líquida para este ano cerca de R\$8.600.000.000,00, que é a receita livre para dispor em algumas atividades e para seu custeio e manutenção. Desse R\$8.600.000.000,00 que o Estado arrecadará de forma livre, apenas com a folha de pagamento há comprometimento com despesas no valor de R\$8.300.000.000,00, compromisso que deverá honrar e que praticamente se iguala à receita livre que o Estado terá. A dívida consumirá R\$1.650.000.000,00, que se acrescentará ao déficit que foi gerado durante este ano por falta de receita. O custeio da máquina será de R\$770.000.000,00 durante o ano e outras despesas diversas formarão um conjunto de despesas de R\$909.000.000,00. Deste modo, o déficit esperado para este ano é de R\$2.300.000.000,00. É um déficit real, porque a despesa existe. A despesa, o compromisso é real, mas a receita não. E, em boa parte, quando é real, está vinculada a programas e não pode ser utilizada para outros fins.

Entretanto, o Estado, hoje, não trabalha apenas com o déficit previsto para o orçamento deste ano. O Governador Aécio Neves assume o Governo com um déficit acumulado, dos anos passados até dezembro de 2002, de R\$4.858.000.000,00. Déficit acumulado também real, porque foram despesas assumidas, contratos realizados por terceiros, fornecedores que não receberam. É uma dívida real do Estado. O Governador assume o Estado na situação lastimável de um déficit já projetado, para este ano, de R\$2.300.000.000,00, e um déficit acumulado de R\$4.858.000.000,00.

Vejam a dimensão do problema. Dentro dessas dificuldades que o Estado está vivenciando - só a título de exemplo -, lembramos a FAPEMIG, que tem direito a um repasse constitucional, anual, de 1% da receita corrente líquida. E a dívida do Estado com a FAPEMIG, pelo descumprimento desse dispositivo constitucional, é de R\$60.000.000,00. Na saúde, o repasse constitucional não foi atendido nos anos anteriores, e o déficit acumulado é de R\$344.000.000,00. Aos fornecedores, o Estado deve R\$1.750.000.000,00, e aos diversos fundos do Estado, cerca de R\$400.000.000,00. São números assustadores.

O que fez o Governador, tão logo venceu as eleições, assumindo a responsabilidade efetiva de governar o Estado e enfrentar esses desafios? Não começou a levantar e a pesquisar problemas passados, querendo culpar esse ou aquele Governador, essa ou aquela política. Esse discurso é bom para desviar a atenção do povo para o problema grave do momento, mas é péssimo para resolver o problema efetivo do povo mineiro, que quer um Estado eficiente, um Governo que funcione, que implemente políticas públicas e que, de fato, enfrente os desafios.

O nosso Governador Aécio Neves, amparado pela legitimidade de quem venceu no primeiro turno com uma votação extraordinária, solicitou, antes mesmo de assumir o Governo, já prevendo as dificuldades que teria de enfrentar, ao Governador Itamar Franco que encaminhasse à Assembléia um pedido de delegação de poderes. Já queria, a partir de sua posse, iniciar o seu trabalho administrativo para dotar a máquina do Estado de instrumentos necessários para fazer face a esses problemas financeiros e econômicos.

Quando o Governador encaminhou o pedido de delegação a esta Assembléia, vários debates surgiram sobre a forma como se pedia essa delegação. Não quero entrar nesse tipo de debate. Muitas vezes, foge-se do foco principal do problema. A delegação de poderes está prevista na Constituição do Estado, que não foi feita pelo Governador, mas pela Assembléia.

Os Deputados mineiros colocaram no texto a delegação de poderes para que os Governadores a usassem. A Constituição não passa pela sanção do Governador, é promulgada pela Casa. O Executivo, quanto à existência da delegação, não é o culpado, o grande motivador.

Mesmo assim, muitos que criticaram essa delegação de poder votaram em outras, no passado, para que outros Governadores pudessem usá-las. O fato é que o Governador quis obtê-la para ter agilidade. E a delegação de poder, o que é? É uma resolução, votada pela Casa, com força de lei, dando parâmetros e limites para a ação do Executivo.

O Governador, o que fez? Optou pela via rápida. As dificuldades administrativas e financeiras do Estado são gravíssimas. Utilizou um expediente legal e obteve da maioria esmagadora da Assembléia a delegação de poderes - perfeitamente justa, porque foi solicitada por um Governador recém legitimado pelas urnas no primeiro turno -, concedida livremente pela Assembléia, no exercício de seus poderes e de suas prerrogativas, dentro de parâmetros legais. De posse dessa delegação, o Governador começou a trabalhar para dar ao Governo, ou seja, à máquina estadual perfil que entendia dentro do seu programa de governo, com a sua equipe e aqueles que colaboram e concordam com a forma de encaminhar as soluções do Estado.

Estão querendo quantificar em valores essa reforma. Mostramos aqui, de forma clara, que o "déficit" do Estado é de cerca de R\$7.000.000.000,00. O Governador hora alguma quer resolver o problema desse "déficit" com a economia feita pela reforma administrativa. Porém nem por isso ele ia deixar de aproveitar a oportunidade para economizar; é mais um dado e uma etapa da economia. É óbvio que a grande obra do Governador Aécio Neves não é e não será, de maneira estática, a reforma administrativa em si. Ele está apenas ajustando, modificando e enxugando a máquina para dotá-la de maior eficiência, de melhores instrumentos para enfrentar essa crise financeira terrível. Assim, poderemos, daqui a alguns meses ou anos, dizer que o Governador Aécio Neves conseguiu, de fato, fazer a sua grande obra administrativa, domando essa gigantesca crise e fazendo com que o Estado cumpra o seu papel diante da sociedade e do cidadão, que é implementar políticas públicas eficientes que cheguem ao cidadão, enfrentando os problemas da educação, da saúde, da segurança, das nossas estradas e da estagnação econômica que gera desemprego.

O Governador tem em mente a concepção desse trabalho, ou seja, de que só é possível fazê-lo com uma máquina administrativa ágil, que responda com rapidez aos comandos da administração. É isso que ele está fazendo: não está diretamente enfrentando a questão do déficit com essa reforma, mas indiretamente, porque, no primeiro passo, está dotando o Estado de organização para enfrentar o problema, que é grave. Desorganizado como está o Estado não enfrenta esse problema. Porém, o Governador, de posse dessa delegação de poderes, implementou um primeiro passo e um primeiro momento do enfrentamento dessa questão.

Na administração direta, o Estado, que tinha 23 secretarias, passou a ter 15 secretarias e 2 secretarias especiais; tinha 12.304 cargos em comissão e passou a ter 10.927. Foram extintos 1.377 cargos, numa redução de custos de R\$19.000.000,00, por meio de 31 leis delegadas. Existiam 50 conselhos na administração, mas hoje são 47. Havia 12 órgãos autônomos que continuam a existir.

A administração indireta, que, vez por outra, é alvo de polêmica com relação à delegação de poderes, atendeu perfeitamente à Constituição. A Constituição do Estado diz, de maneira muito clara, que é vedada a delegação de poderes ao Executivo para criação, extinção ou transformação de entidade da administração indireta. Existiam 17 entidades autárquicas que continuam a existir, pois não se extinguiu nem se transformou nem se criou nenhuma autarquia. Com as fundações aconteceu a mesma coisa. Como eram 15 fundações, continuam a existir 15 entidades fundacionais, pois não se extinguiu nem se transformou nem criou nenhuma. Por meio das 32 leis delegadas, relativas à administração indireta, que são as autarquias e as fundações, o Governador enxugou, extinguiu ou transformou unidades administrativas, tais como assessorias, diretorias, superintendências, órgãos internos dessa estrutura, ou seja, dessa entidade, atendendo perfeitamente ao que dispõe a Constituição.

De modo que o total de cargos na administração indireta era de 4.359 e caiu para 3.809, numa redução de 550 cargos, com economia de R\$9.400.000,00. Sabemos que essa economia é pequena para enfrentar o déficit. E em nenhum momento o Governador quis, por meio dessa reforma, dizer que estava resolvendo o problema do déficit. Está vendo mais longe, com a visão e a experiência herdada dos antepassados e com a vivência de homem público da atualidade, sabedor de que só com máquina administrativa que receba um choque verdadeiro de gestão e seja mais eficaz poderá enfrentar o déficit. E começa a primeira arrancada, dotando o Estado do seu perfil. Agora é o Estado que ele,

Governador, passou à equipe, por meio da sua concepção do que é o melhor para enfrentar o desafio. É lógico que não é a única receita. Outros poderão ter sugestões. Ninguém é dono da verdade. Mas foi a opção que quis seguir e conseguiu, por intermédio da grande maioria dos mineiros, que acreditaram no seu programa e que depositam ainda grande esperança no seu Governo, e da maioria do Parlamento, que representa o povo mineiro.

De modo que o total geral de cargos extintos pela reforma foi de 1.668 e a economia total de R\$28.830.000,00, viabilizados por 63 leis delegadas. Existem alguns questionamentos. Leis delegadas foram publicadas fora do tempo. Ora, não queremos diminuir a importância desse fato, mas são filigranas. É óbvio que essas questões foram muito bem estudadas pelo Governo. O Governo utilizou até o dia 31 o poder de emitir as leis. A publicação deu-se no dia seguinte. É um debate político? É. Existem versões que corroboram, outras que são contrárias. O Governo e seus assessores acham que pode, e entendemos assim. E a questão está feita, de forma transparente, publicada no "Minas Gerais" para toda a sociedade e quem quiser acompanhar. Outras leis foram publicadas depois do prazo apenas como efeito corretivo de falhas gráficas, de erros que foram cometidos na publicação. Foram publicadas apenas para corrigir. Não se alterou nada daquilo que havia sido publicado anteriormente com relação ao conteúdo e ao objetivo. Isso, de forma muito segura e clara, podemos assumir e afirmar.

O Direito não é uma ciência exata. Cada qual tem entendimento de um texto. O Governo tem o seu entendimento. Acredito, muito bem embasado e seguro, que estamos aqui com a convicção de defender a posição do Governo.

Neste momento, queremos conchamar os mineiros para continuar, da mesma forma quando das eleições, confiando no nosso Governador. O seu propósito é o melhor possível. Está apenas começando tarefa hercúlea, que é a de enfrentar o desafio financeiro que o Estado tem. Por outro lado, começa, por meio dessa reforma, a dotar a máquina da condição necessária ao cumprimento do seu programa de Governo, dando resposta ao que a sociedade espera. Aproveitamos a oportunidade para solicitar aos integrantes do PT, tendo em vista algumas afirmações feitas de que estão prontos a colaborar, que realmente colaborem e, neste momento, virem o foco para o problema principal que Minas hoje vive diante do Governo Federal. O PT poderá dar grande contribuição nesse sentido, fazendo gestões junto ao Governo do Presidente Lula para que pare de tomar dinheiro do Estado, de bloquear os recursos minguados de Minas, pois já são R\$12.000.000,00 presos no Tesouro Nacional pelo Ministro Palocci, tumultuando e desorganizando ainda mais as finanças de Minas. Concito os colegas petistas para se juntarem ao Governador, que está em Brasília, fazendo gestões junto a área econômica do Governo, para que parem de penalizar Minas injustamente, pois estão multando nosso Estado em R\$36.000.000,00 porque Minas, não cumpriu em 2001 a LRF. O PT votou contra essa lei, não a apoiou, mas agora a utiliza para castigar o Estado. Não é possível, é preciso reagir e peço o apoio valoroso dos companheiros do PT para que nos ajudem a desbloquear esses recursos, que nos ajudem a impulsionar o nosso Estado, para que possamos enfrentar esses desafios, que não são partidários, e sim de Minas e dos mineiros.

A Deputada Vanessa Lucas (em aparte) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa presente, TV Assembléia, amigos de Contagem, e de Minas. Estou representando não só Contagem, mas também o vale do Mucuri, do Jequitinhonha e o Norte de Minas.

O jornal "O Tempo", em sua edição de hoje, traz reportagem especial com a seguinte manchete na primeira página: "Decreto de Lula prejudica Prefeituras".

Trata-se, Sras. e Srs. Deputados, do Decreto nº 4.594, de 13 de fevereiro, que cancela obras importantíssimas para a Lagoa da Pampulha, Contagem, vale do Mucuri, Jequitinhonha, Norte de Minas e outras cidades mineiras.

Mais de cem mil moradores da Ressaca, em Contagem, maiores beneficiários dessas obras, testemunharam em 2001 a assinatura de convênio entre o Ministério do Meio Ambiente e esse município, assinado pelo Prefeito Ademir Lucas e pelo Ministro José Sarney Filho, com a presença do Prefeito Célio de Castro e de dezenas de parlamentares.

Lideranças da região também participaram, em 28 de novembro passado, da assinatura de contrato com a Caixa Econômica Federal para execução das obras. Os recursos cortados somam R\$3.586.000,00, com contrapartida da prefeitura de R\$1.537.000,00.

Tudo isso feito, Sras. e Srs. Deputados, como determinam as leis e a Constituição Federal.

Contagem está perplexa diante dessa atitude do Presidente da República. Podem ser jogados por terra anos de trabalho de engenheiros e técnicos ambientalistas da Prefeitura, da Agência Nacional das Águas e da Caixa Econômica Federal.

Sem consultar a cidade, num gesto unilateral e arbitrário, estão cancelando o que Contagem há muito acalenta como sonho: recuperar suas nascentes, eliminar o esgoto a céu aberto, urbanizar avenidas, melhorar a qualidade de vida de nossa gente e contribuir para recuperar a Lagoa da Pampulha, sem dúvida alguma, o santuário ecológico da Região Metropolitana.

Estranhamos, e muito, que um governo que se elegeu sob a égide da conduta democrática e da valorização do diálogo, aja dessa maneira, comprometendo as garantias do estado de direito.

Ao determinar o cancelamento das despesas inscritas em restos a pagar, o Decreto nº 4.594 viola a garantia constitucional fundamental, retroagindo seus efeitos para desconstituir contratos anteriormente celebrados, o que significa prejudicar o ato jurídico perfeito, previsto no art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal.

Desta tribuna, Sras. e Srs. Deputados, como cidadã de Contagem, comprometida com minha cidade, manifesto indignação e perplexidade. Contagem e sua gente pedem a solidariedade desta Casa para que se façam gestões junto ao Governo Federal para a revisão desta medida, que inviabiliza obras importantes e há anos aguardadas pela nossa comunidade.

Diante da gravidade desse fato, solicitamos à Presidência desta Casa que envie, com urgência, à Presidência da República uma moção de protesto contra o corte de verbas tão importantes para o desenvolvimento dos municípios mineiros.

O nosso Presidente, em visita, falou nas propagandas nacionais e internacionais sobre a ajuda não só aos vales do Mucuri e do Jequitinhonha mas também ao Norte de Minas. Então, este é o momento para que cada um de vocês, representantes desses lugares, peça por Contagem e por toda a nossa Minas Gerais. Acho muito importante o que está acontecendo.

O nosso nobre Deputado Roberto Carvalho sempre debateu sobre a extensão do metrô até o Barreiro. Ele foi cortado do orçamento. E aí, como ficaremos? Então, conto com a ajuda dos nobres Deputados. Muito obrigada.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradeço as colocações da Deputada Vanessa Lucas, mais uma das integrantes da bancada feminina nesta Casa, que traz a sua contribuição de forma brilhante.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Agradeço a V. Exa. por esta oportunidade e digo que considero estarmos apenas iniciando o debate, na Casa, a respeito do projeto do Governador Aécio Neves. Tenho a convicção plena de que não só a Bancada do PT, mas também todos os demais Deputados comprometidos com o desenvolvimento, com a justiça social e com a qualidade de vida da população estarão unidos para enfrentar os enormes desafios deste momento, que colocam não só Minas Gerais, mas o Brasil inteiro em situação de dificuldades.

Também estaremos unidos na busca de soluções para os graves problemas de Minas.

Sr. Deputado, no dia 1º de janeiro deste ano, estava sentado aqui e assisti ao Governador fazer a promessa ao povo mineiro de que iria cumprir a Constituição do Estado. Então, teremos de fazer um debate, pois estamos começando mal, não por esta 15ª Legislatura, mas porque, ao final, no apagar das luzes da 14ª Legislatura, quando muitos Deputados já não tinham condições de voltar a esta Casa e o recesso parlamentar já estava para acontecer, votamos uma lei com a contraposição, com o voto contrário do PT: a autorização para as leis delegadas.

Já naquela época, demonstrávamos erros no processo de condução, como ilegalidade e inconstitucionalidade. Se imaginarmos que a lei delegada deve ser votada em uma legislatura e que, nessa legislatura, os Deputados devem ter condições para contestá-la, retificá-la e atuar na exorbitância do Governo, compreenderemos claramente que a lei delegada, a resolução votada, como foi votada, é inconstitucional. Mas também é inconstitucional quando o Governador de Minas, por tantos anos um parlamentar brilhante, Presidente do Congresso Nacional e componente de uma bancada que se diz parlamentarista e defende o parlamentarismo, utiliza-se de prerrogativas de Governador para cometer atos - digo para todos os meus colegas - muito mais ousados e draconianos que aqueles realizados pela ditadura resultante do golpe de 1964.

Se os Deputados analisarem não só as inconstitucionalidades, mas também o mérito das leis delegadas, em maior número que todas as editadas na história recente de Minas Gerais, verão o autoritarismo. Há uma verdadeira intervenção do Governo nas autarquias; há exorbitância do Governo quando cassa os conselhos, uma vez que só podem ser criados ou destituídos por lei complementar. Portanto, a lei delegada não dá tal direito ao Governador. O PT, com lealdade e firmeza, debaterá o projeto de resolução da 14ª Legislatura sobre a exorbitância do Governador. Lutaremos para que o Governo de Minas volte sua atenção aos princípios firmados pelo Governador Aécio Neves, de cumprir a Constituição. Um centavo que economizarmos é importante. As análises preliminares mostram que há cortes, mas o Governo fez contratações não previstas, implicando mais gastos que economia. A economia é virtual, o gasto, real. Essas questões têm de ser analisadas com transparência, lealdade e diálogo.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Entendo a preocupação de V. Exa., Deputado Adelmo Carneiro Leão, mas não concordo com colocações pontuais com relação à palavra "autoritarismo". Autoritarismo, após eleição em que mais de 5 milhões de mineiros elegem um governador; autoritarismo, quando a Constituição, votada pelo parlamento livremente prevê a delegação de poderes usada em outros momentos, inclusive com apoio de parlamentares do PT, como a lei delegada pedida por Itamar Franco. Não concordo com o termo "autoritarismo". A lei delegada está presente na Constituição do Estado. Veremos quantas medidas provisórias o Presidente Lula assinará, e até que ponto o PT entende autoritarismo como lei delegada e medida provisória.

Por outro lado, não podemos, pela quantidade de leis, julgar ou interpretar reforma administrativa. O Governador poderia condensar as 63 leis em uma só, fazendo o Código da Reforma Administrativa, com mil artigos, dificultando a compreensão. Mas, em nome da transparência e facilidade, o Governador elaborou lei específica para cada área. É questão de estratégia e de método.

Com relação à transparência, não podemos concordar com esse argumento. A quantidade de leis garante a transparência.

Sr. Presidente, agradeço a compreensão de V. Exa., do Plenário, das galerias e dos telespectadores. Esse Governo é diferente. Não ficará olhando no retrovisor, mas para o futuro. É ousado e tem coragem.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

REMUNERAÇÃO DOS DEPUTADOS	
E	
CUSTEIO DA ATIVIDADE PARLAMENTAR	
1. REMUNERAÇÃO DOS DEPUTADOS:	
Calculada nos termos do art. 2º da Lei nº 14.584, de 21.01.2003, c/c o Decreto Legislativo da Câmara Federal nº 444, de 19.12.2002 e Ato Conjunto das Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, de 2003, correspondente à 75% da remuneração do Deputado Federal:	
Subsídio Fixo Mensal	R\$3.577,50
Subsídio Variável Mensal	R\$5.962,50
Auxílio Moradia Mensal	R\$2.250,00
Total bruto	R\$11.790,00
- Ajuda de Custo correspondente a duas parcelas nos valores dos Subsídios Fixo e Variável, a serem pagas no início e no encerramento de cada sessão legislativa.	

- Parcela correspondente aos valores dos Subsídios Fixo e Variável, a ser paga no mês de dezembro, proporcionalmente ao efetivo exercício do mandato parlamentar no ano.

Comparecimento a reuniões extraordinárias - valor correspondente à fração de 1/30 dos valores dos Subsídios Fixo e Variável, acrescido de 50%, perfazendo o valor de R\$477,00 (quatrocentos e setenta e sete reais) para cada reunião, limitadas a oito por mês, e remuneradas em razão do comparecimento do parlamentar.

2. CUSTEIO DA ATIVIDADE PARLAMENTAR:

- Verba indenizatória por despesas realizadas, mediante comprovação, nos termos da Resolução nº 5.200, de 27.9.2001, no limite mensal de R\$8.219,00 (oito mil, duzentos e dezenove reais).

- Diárias em razão do deslocamento do parlamentar, nos termos da Deliberação nº 805, de 25.11.1992, limitadas a doze por mês, correspondente ao valor de R\$589,50 cada uma, mediante solicitação do parlamentar.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 25 de fevereiro de 2003.

Mauri Torres, Presidente - Rêmolo Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Antônio Andrade - Luiz Fernando - Pastor George.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 25/2/2003, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Alberto Pinto Coelho

exonerando Fernanda Tomaz Vieira de Oliveira do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25, 8 horas;

nomeando Arlete Rita Nogueira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Fernanda Tomaz Vieira de Oliveira para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão AL-36, 8 horas.

Gabinete do Deputado Olinto Godinho

exonerando Fabiana Reis de Carvalho Costa do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

exonerando Flávia da Costa Medina do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Flávia da Costa Medina para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Mônica Quintão para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado João Leite

nomeando Paulo Sérgio Oliveira da Cruz para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo:

exonerando Rosane Gelmini do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Partido Liberal;

nomeando Júlio Cesar Peron para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Partido Liberal;

nomeando Silvana Reis Thomaz Simões para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão AL-40, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar - PFL/PPB.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução

nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Amélia de Campos Barcelos do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Pinduca Ferreira.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/2002, assinou o seguinte ato:

nomeando Amélia de Campos Barcelos para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão AL-20, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar - PFL/PPB.

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Antônio Carlos Doorgal de Andrada, matrícula 2594-1, no período de 23/12/2002 a 20/1/2003.

Mesa da Assembléia, 20 de fevereiro de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Márcio Luís da Silva Cunha, matrícula 9668-7, no período de 30/12/2002 a 3/1/2003.

Mesa da Assembléia, 20 de fevereiro de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Dinis Antônio Pinheiro, matrícula 7759-3, no dia 30/12/2002.

Mesa da Assembléia, 21 de fevereiro de 2003.

Mauri Torres, Presidente.